

---

# RELATÓRIO & CONTAS

## 2 0 1 6

---

### INDICE

02 Preâmbulo

05 Relatório de Gestão

14 Demonstrações Financeiras



FUNDAÇÃO  
SALVADOR CAETANO



## PREÂMBULO

### I

A Fundação Salvador Caetano foi constituída por escritura pública de 10 de Julho de 1981, lavrada no 1º Cartório Notarial do Porto e outorgada pelo Sr. Salvador Fernandes Caetano, em nome e representação das sociedades fundadoras:

- Salvador Caetano – I.M.V.T., SA (atualmente denominada de TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A., conforme escritura de 28 de Dezembro de 2006)

e

- Transmotor – S.C.I.V.T.M., S.A.

- Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Minho), S.A.

- Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Coimbra), S.A.

- Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Setúbal), S.A.

- Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Algarve), S.A.

(empresas fusionadas e que deram origem à atual CAETANO AUTO, S.A.)

### II

Possui, desde então, a Sede na Avenida Vasco da Gama, 1410, freguesia de Oliveira do Douro, concelho de Vila Nova de Gaia e o fundo inicial de constituição foi de Esc. 25.000.000\$00 (124.699,47 €).

### III

Foi registada com o nº 501 208 585 de identificação de pessoa coletiva e sob a atividade 939900. A publicação no Diário da República ocorreu na III Série, nº 179 do dia 6 de Agosto de 1981.

### IV

A Fundação Salvador Caetano mantém-se uma instituição portuguesa, particular, de carácter perpétuo, sem finalidade lucrativa, que visa em geral fins sociais, educativos, artísticos e culturais, sendo o novo código de atividade principal o 88990.

**V**

Desenvolve a sua ação em todo o território nacional e, em 31 de Dezembro de 2016, beneficiava aproximadamente 10.000 utentes.

**VI**

As atividades de carácter social mais relevantes são:

- Plano Complementar de Proteção Médica
- Atribuição de subsídios familiares
  - Nascimento
  - Casamento
  - Morte
- Atribuição de Prémios e Subsídios de Estudo
- Subsídio de Estudo para Filhos de Colaboradores Falecidos

**VII**

Até 2013 foi atribuído o “Prémio D. Ana Caetano” ao estudante natural de Oliveira do Douro ou Vilar de Andorinho que tenha concluído a sua licenciatura ou mestrado, com melhor média.

**VIII**

Todos os anos é atribuído o “Prémio Salvador Caetano” ao estudante que tenha concluído a sua licenciatura ou mestrado em Gestão de Empresas, com melhor média. Este Prémio é extensível a todo o território nacional.

**IX**

Realça-se ainda o facto de que todos os pressupostos e atividade desenvolvida pela Fundação Salvador Caetano então existentes e que originaram a declaração de utilidade pública por despacho de Sua Excelência o Primeiro-Ministro Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva de 13-02-1995, com publicação no Diário da República – II Série, de 3 de Março de 1995, se mantêm integralmente.



Será ainda de destacar que, visando proporcionar aos beneficiários desta Fundação a prestação de cuidados médicos de qualidade, com atendimento mais rápido e personalizado e a custos controlados, durante o ano de 2016 demos continuidade à celebração de Acordos de Prestação de Serviços na Área da Saúde com diversas instituições.

## RELATÓRIO DE GESTÃO

Ações desenvolvidas pela Fundação Salvador Caetano no quadriénio 2013-2016

RUBRICA	2013	2014	2015	2016	VARIAÇÃO 2013 – 2016	VARIAÇÃO % 2013 – 2016
Plano Complementar Proteção Médica	704 989	691 465	719 543	632 335	-72 654	-10,3%
Subsídios Familiares	21 855	20 193	22 921	21 261	-594	-2,7%
Subs. Estudo Filhos de Colaboradores Falecidos	3 000	2 600	3 300	2 600	-400	-13,3%
Prémios Escolares	6 850	4 650	3 878	5 500	-1 350	-19,7%
Subsídio de Estudo	17 081	6 157	1 995	10 098	-6 984	-40,9%
Inatel	4 489	4 300	4 260	2 820	-1 669	-37,2%
Prémios D. Ana Caetano e Salvador Caetano	3 500	0	0	0	-3 500	-100,0%
<b>TOTAL</b>	<b>761 763</b>	<b>729 266</b>	<b>755 897</b>	<b>674 614</b>	<b>-87 150</b>	<b>-11,4%</b>

Quadro 1: Ações desenvolvidas pela F.S.C.

(euros)

Na análise deste quadro será importante relevar que entre 2013 e 2016 as despesas com as ações de carácter social e cultural tiveram um decréscimo de -87.150 €, a que corresponde uma variação percentual de -11,4 %.

Comparativamente com 2013, o ano de 2016 revela que houve diminuição de valores atribuídos nas restantes rubricas.



### PLANO COMPLEMENTAR DE PROTEÇÃO MÉDICA

No âmbito do Plano Complementar de Proteção Médica, sem dúvida o benefício de maior impacto social, quer pelo número de processos, quer pelo número de pessoas beneficiadas ou pelo valor envolvido, foi esta a variação ao longo dos anos 2013-2016:

RUBRICA	2013	2014	2015	2016	VARIAÇÃO 2013– 2016	VARIAÇÃO % 2013 – 2016
Honorários Médicos de Consultas	226 252	226 651	238 811	220 886	-5 366	-2,4%
Elementos Auxiliares de Diagnóstico	91 640	83 801	80 668	83 848	-7 792	-8,5%
Tratamentos	36 311	41 841	52 599	43 202	6 891	19,0%
Internamento	7 948	21 864	11 487	10 345	2 397	30,2%
Intervenção Cirúrgica	114 154	82 582	85 733	70 778	-43 376	-38,0%
Partos	31 714	38 083	31 463	19 802	-11 912	-37,6%
Próteses e Ortóteses	4 891	2 916	4 820	3 196	-1 695	-34,7%
Estomatologia	192 079	193 728	213 962	180 277	-11 802	-6,1%
<b>TOTAL</b>	<b>704 989</b>	<b>691 367</b>	<b>719 543</b>	<b>632 335</b>	<b>-72 654</b>	<b>-10,3%</b>

Quadro 2: Plano Complementar de Proteção Médica

(euros)

O quadro seguinte demonstra a evolução do número de processos participados pela Fundação Salvador Caetano, dividindo-os por escalões etários e separando os Colaboradores dos Não Colaboradores:



CLASSE ETÁRIA	2013			2014			2015			2016			VAR. 2013-2016	VAR. % 2013-2016
	COLAB.	NÃO COLAB.	TOTAL	COLAB.	NÃO COLAB.	TOTAL	COLAB.	NÃO COLAB.	TOTAL	COLAB.	NÃO COLAB.	TOTAL		
00-15	0	3 957	3 957	0	3 971	3 971	0	4 448	4 448	0	3 660	3 660	-297	-7,51%
16-17	0	556	556	0	566	566	0	505	505	0	355	355	-201	-36,15%
18-24	82	687	769	59	879	938	85	956	1 041	126	892	1 018	249	32,38%
25-29	388	183	571	361	133	494	341	137	478	413	165	578	7	1,23%
30-34	1 064	781	1 845	908	692	1 600	869	553	1 422	795	486	1 281	-564	-30,57%
35-39	1 598	969	2 567	1 233	874	2 107	1 278	960	2 238	1 274	709	1 983	-584	-22,75%
40-44	1 615	1 106	2 721	1 885	922	2 807	1 992	1 032	3 024	1 886	921	2 807	86	3,16%
45-49	1 680	844	2 524	1 656	1 154	2 810	1 815	1 166	2 981	1 746	1 070	2 816	292	11,57%
50-54	1 252	818	2 070	1 313	804	2 117	1 535	844	2 379	1 612	1 010	2 622	552	26,67%
55-59	1 127	544	1 671	1 422	707	2 129	1 470	871	2 341	1 648	815	2 463	792	47,40%
60-61	116	42	158	186	55	241	289	146	435	322	184	506	348	220,25%
62-64	75	31	106	55	30	85	104	46	150	138	42	180	74	69,81%
65-99	14	89	103	11	129	140	41	91	132	26	92	118	15	14,56%
<b>TOTAL</b>	<b>9 011</b>	<b>10 607</b>	<b>19 618</b>	<b>9 089</b>	<b>10 916</b>	<b>20 005</b>	<b>9 819</b>	<b>11 755</b>	<b>21 574</b>	<b>9 986</b>	<b>10 401</b>	<b>20 387</b>	<b>769</b>	<b>3,92%</b>

Quadro 3: Evolução Número de Processos

O quadro seguinte reflete a evolução dos valores de comparticipação ao longo do quadriênio 2013-2016, separando os Colaboradores dos Não Colaboradores.

	2013	2014	2015	2016
Colaboradores	322 989	289 997	327 100	315 738
Não Colaboradores	382 000	401 467	392 443	316 598
<b>TOTAL</b>	<b>704 989</b>	<b>691 465</b>	<b>719 543</b>	<b>632 335</b>

Quadro 4: Valores PCPM Atribuídos a Colaboradores e Não Colaboradores

Através deste quadro constata-se que, de forma consistente, a maior fatia do valor gasto com as comparticipações médicas é referente a pessoas que não integram o Grupo Salvador Caetano, mas são familiares diretos dos colaboradores.



Ainda relativamente ao Plano Complementar de Proteção Médica é de realçar que, com este benefício, a Fundação Salvador Caetano, embora humildemente, está a contribuir para um melhor desempenho da economia portuguesa. De facto, sem este Plano, muitos destes atos médicos passariam para a alçada do Serviço Nacional de Saúde, ou outros sistemas e subsistemas similares, cujos custos seriam diretamente suportados pelo Estado.

Queremos ainda salientar que, pelo facto de comparticiparmos os atos médicos, 70% dessas despesas deixam de ser dedutíveis em sede de IRS. Paralelamente, obrigam-se todos os beneficiários a exigir recibo dos atos médicos praticados. Estas duas situações concretas contribuem, inequivocamente, para um melhor desempenho das contas públicas portuguesas.

Também poderemos afirmar que o Plano Complementar de Proteção Médica contribui, de forma direta, para um melhor funcionamento da saúde em Portugal. Mesmo as listas de espera para cirurgia diminuem ao abrigo deste benefício. De facto, tanto Hospitais como Unidades de Saúde libertam-se de milhares de atos médicos suportados pela Fundação Salvador Caetano, em cada ano.

Não menos importante é o facto de que este Plano Complementar de Proteção Médica também contribui para a diminuição do absentismo e consequente aumento de produtividade nacional. É que, enquanto o recurso às consultas e outros atos médicos e paramédicos através do SNS é feito durante as horas de expediente, através do sistema privado esses mesmos atos poderão efetuar-se fora das horas normais de trabalho.

### SUBSÍDIOS FAMILIARES

No período em análise, os Subsídios Familiares tiveram a seguinte “evolução”

SUBSÍDIO	2013	2014	2015	2016	VARIAÇÃO 2013 – 2016	VARIAÇÃO % 2013 – 2016
Nascimento	12 138	11 424	12 019	11 781	-357	-2,9%
Casamento	9 243	8 295	9 717	9 480	237	2,6%
Morte	474	474	1 185	0	-474	-100,0%
<b>TOTAL</b>	<b>21 855</b>	<b>20 193</b>	<b>22 921</b>	<b>21 261</b>	<b>-594</b>	<b>-2,7%</b>

Quadro 5: Subsídios Familiares

(euros)



Neste benefício será de destacar o esforço que a Fundação vem mantendo com a continuidade de programas que o Estado também já teve mas que, contudo, deixou de ter. Referimo-nos aos Subsídios de Nascimento e Casamento que a Segurança Social aboliu há anos atrás e que esta instituição decidiu manter em prol dos seus beneficiários.

Relevamos ainda o facto de, com a manutenção do Subsídio de Nascimento, a Fundação Salvador Caetano incentiva a natalidade há mais de duas décadas, colaborando com o esforço feito pelo Estado português visando o rejuvenescimento da sua população.

### PRÉMIOS ESCOLARES

Com o objetivo de premiar o esforço dos que se preocupam com a sua formação individual, contribuindo assim duma forma efetiva para o desenvolvimento da comunidade e do país, a Fundação Salvador Caetano instituiu para os seus beneficiários prémios escolares que tiveram a seguinte evolução durante o período 2013-2016:

ANO ESCOLARIDADE	2013		2014		2015		2016		VARIAÇÃO 2013 - 2016
	Nº.	VALOR	Nº.	VALOR	Nº.	VALOR	Nº.	VALOR	
2º Ciclo Básico	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3º Ciclo Básico	1	200	0	0	0	0	1	200	0
Ensino Secundário	1	250	1	250	1	250	2	500	250
1º Ano Lic. / CET	4	1 100	1	275	4	1 100	5	1 375	275
2º Ano Licenciatura	3	900	4	1 200	1	300	2	600	-300
3º Ano Licenciatura	8	2 600	2	650	2	650	1	325	-2 275
4º Ano Lic./1º Ano Mest.	3	1 050	4	1 400	1	328	2	700	-350
5º Ano Lic./2º Ano Mest.	2	750	1	375	2	750	2	750	0
Pós-Graduação	0	0	1	500	1	500	1	500	500
MBA	0	0	0	0	0	0	1	550	550
Mestrado	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Doutoramento	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>22</b>	<b>6 850</b>	<b>14</b>	<b>4 650</b>	<b>12</b>	<b>3 878</b>	<b>17</b>	<b>5 500</b>	<b>-1 350</b>

Quadro 6: Prémios Escolares

(euros)

Ao analisarmos o Quadro 6 verificamos que entre 2013 e 2016, e apesar de se verificar um aumento nos últimos anos, o valor despendido com a Rubrica “Prémios Escolares” diminuiu 20%.



Relativamente ao mérito deste benefício apraz-nos ainda registar o número de licenciaturas, pós-graduações, mestrados e mesmo doutoramentos que, ao abrigo deste programa, foi obtido ao longo dos anos, desde 1984, data da sua implementação.

Será ainda justo relevar e divulgar o facto de alguns beneficiários que apresentavam como Habilitação o 1º Ciclo do Ensino Básico (4ª Classe) e que, motivados e incentivados financeiramente por este programa, registaram uma evolução académica que só terminou com a licenciatura e o mestrado.

Estamos convictos de que ao premiar os beneficiários que pretendem evoluir em termos académicos, a Fundação Salvador Caetano está a dar um grande contributo para o desenvolvimento da economia portuguesa.

Também é de realçar que esses colaboradores premiados, sempre que pretendem abandonar as empresas do Grupo Salvador Caetano o podem fazer sem qualquer tipo de obrigação ou inibição, levando consigo os conhecimentos e o saber adquiridos. Desta forma, quem beneficia desta mais-valia serão as empresas ou instituições recetoras duma mão-de-obra que se qualificou ao abrigo deste programa.

Convirá lembrar que em 2007 foi criado o Programa “Subsídio de Estudo” que abarca os Cursos de Ensino Superior, as Pós-Graduações, os Mestrados e os Doutoramentos. Por este facto, muita da formação superior que apoiamos não está refletida neste quadro.

#### SUBSÍDIO DE ESTUDO

SUBSÍDIO	2013	2014	2015	2016	VAR. 2013 – 2016	VAR. % 2013 – 2016
Subsídio de Estudo	17 081	6 157	1 995	10 098	-6 984	-40,9%
<i>Quadro 7: Subsídio de Estudo</i>						<i>(euros)</i>

Num mundo cada vez mais competitivo, as Empresas só terão viabilidade se o seu ativo humano (os colaboradores) estiver sujeito a constante formação. Só é possível acompanhar o ritmo dos novos conhecimentos, das novas tecnologias e das novas ferramentas com a atualização sistemática de todos os colaboradores. Por isso, a formação é, cada vez mais, um fator de sucesso das pessoas e das empresas.



### SUBSÍDIO DE ESTUDO PARA FILHOS DE COLABORADORES FALECIDOS

Através da atribuição deste subsídio a Fundação tem por objetivo apoiar os jovens estudantes (e respetiva família) que, privados de pai ou mãe, queiram continuar a sua carreira académica.

Este benefício tem um duplo efeito: serve de estímulo para os jovens continuarem com a sua vida académica e, paralelamente, funciona como uma ferramenta de apoio financeiro às famílias que se veem privadas dum salário no seu orçamento familiar.

SUBSÍDIO	2013	2014	2015	2016	VAR. 2013 – 2016	VAR. % 2013 – 2016
Subsídio de Estudo Filhos Colaboradores Falecidos	3 000	2 600	3 300	2 600	-400	-13,33%
<i>Quadro 8: Subsídio de Estudo p/ Filhos Colaboradores Falecidos</i>					<i>(euros)</i>	

### INATEL

Como forma de apoiar e estimular a prática do desporto e do lazer, contribuindo assim para o desenvolvimento do bem-estar social, a Fundação Salvador Caetano paga a inscrição dos seus beneficiários no INATEL, bem como as respetivas quotas anuais.

SUBSÍDIO	2013	2014	2015	2016	VAR. 2013 – 2016	VAR. % 2013 – 2016
Inatel	4 489	4 300	4 260	2 820	-1 669	-37,18%
<i>Quadro 9: INATEL</i>					<i>(euros)</i>	

### RELAÇÃO RECEITAS / DESPESAS COM AÇÃO SOCIAL E CULTURAL

O quadro seguinte apresentado reflete a relação existente entre Receitas Ordinárias (leia-se Comparticipação Mensal das empresas aderentes à Fundação Salvador Caetano) e Despesas com a Ação Social e Cultural.

ANO	RECEITAS ORDINÁRIAS	DESPESAS C/ AÇÃO SOCIAL E CULTURAL	DIFERENÇA	RELAÇÃO DESPESAS / RECEITAS %
2013	696 143	761 764	-65 621	109,4%
2014	724 591	729 266	-4 675	100,6%
2015	798 370	755 897	42 473	94,7%
2016	1 390 279	674 614	715 665	48,5%
<b>TOTAL</b>	<b>3 606 687</b>	<b>2 921 639</b>	<b>685 048</b>	<b>81,0%</b>

Quadro 10: Relação Despesas com Ação Social e Cultural / Receitas Ordinárias (euros)

É de salientar que a relação entre as Despesas com a Ação Social e Cultural e as Receitas Ordinárias teve, um saldo positivo bastante significativo, fruto do aumento das participações mensais das empresas de 1,2% para 2%.

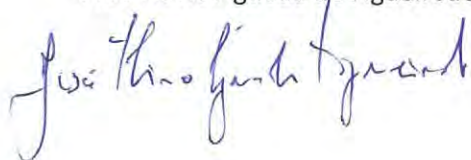
## APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Digníssima Administração da Fundação Salvador Caetano propõe por unanimidade que o resultado positivo do exercício, no valor de 1.601.086 € transite para a Conta de Resultados Transitados juntando-se assim aos restantes Capitais Próprios da Instituição.

Vila Nova de Gaia, 30 de Setembro de 2017

O Contabilista Certificado

José Flávio Águeda de Figueiredo



O Conselho de Administração

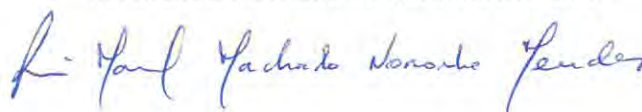
José Reis da Silva Ramos – Presidente



Salvador Acácio Martins Caetano



Rui Manuel Machado de Noronha Mendes





DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

## BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015
<b>ATIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	-	-
Ativos intangíveis	6	-	-
Outros ativos financeiros	7	32 996 519	32 996 519
Total do ativo não corrente		32 996 519	32 996 519
<b>ATIVO CORRENTE:</b>			
Outras contas a receber	17	1 355 229	133 631
Ativos financeiros detidos para negociação	7	1 467 367	1 493 534
Diferimentos	8	329	329
Meios financeiros líquidos	4	491 206	455 208
Total do ativo corrente		3 314 131	2 082 702
<b>Total do ativo</b>		<b>36 310 650</b>	<b>35 079 221</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS</b>			
Fundo social	9	124 699	124 699
Resultados transitados		20 127 037	19 583 021
		20 251 736	19 707 721
Resultado líquido do exercício		1 601 086	544 016
<b>Total do capital próprio</b>		<b>21 852 822</b>	<b>20 251 736</b>
<b>PASSIVO:</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Financiamentos obtidos	11 e 17	13 768 871	13 768 871
Total do passivo não corrente		13 768 871	13 768 871
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>			
Fornecedores	18	1 168	608
Estado e outros entes públicos		5	-
Financiamentos obtidos	11 e 17	625 886	722 686
Outras contas a pagar	10 e 17	61 897	335 319
Total do passivo corrente		688 957	1 058 613
<b>Total do passivo</b>		<b>14 457 828</b>	<b>14 827 484</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e passivo</b>		<b>36 310 650</b>	<b>35 079 221</b>

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2016.

**O Contabilista Certificado**

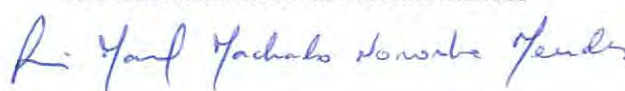
José Flávio Agueda Figueiredo


**O Conselho de Administração**

José Reis da Silva Ramos

Salvador Acácio Martins Caetano

Rui Manuel Machado de Noronha Mendes



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

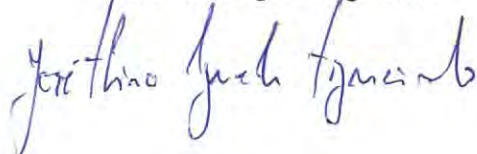
(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015
Contribuições Comuns	12 e 17	2 576 480	1 516 170
Benefícios Processados e Outros	14	(674 614)	(755 897)
Fornecimentos e serviços externos	13	(12 780)	(12 206)
Aumentos / (reduções) de justo valor	7	(26 167)	73 722
Outros rendimentos e ganhos		753	-
Outros gastos e perdas	15	(11 811)	(12 741)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>1 851 860</b>	<b>809 048</b>
(Gastos) / reversões de depreciação e de amortização		-	-
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>1 851 860</b>	<b>809 048</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	16	21 869	29 235
Juros e gastos similares suportados	16	(272 644)	(294 267)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>1 601 086</b>	<b>544 016</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício	3.5	-	-
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>1 601 086</b>	<b>544 016</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas em 31 de dezembro de 2016.

**O Contabilista Certificado**

José Flávio Águeda Figueiredo

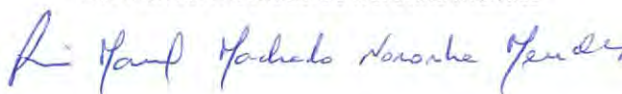


**O Conselho de Administração**

José Reis da Silva Ramos

Salvador Acácio Martins Caetano

Rui Manuel Machado de Noronha Mendes



DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em Euros)

FUNDOS PATRIMONIAIS

Notas	Fundo social	Resultados transitados	Res. líquido do exercício	Total
<b>Posição em 1 de janeiro de 2015</b>				
2	124 699	19 467 917	115 104	<b>19 707 721</b>
9			544 016	<b>544 016</b>
9		115 104	(115 104)	-
	-	115 104	428 912	<b>544 016</b>
<b>Posição em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>124 699</b>	<b>19 583 021</b>	<b>544 016</b>	<b>20 251 736</b>

FUNDOS PATRIMONIAIS

Notas	Fundo social	Resultados transitados	Res. líquido do exercício	Total
<b>Posição em 1 de janeiro de 2016</b>				
2	124 699	19 583 021	544 016	<b>20 251 736</b>
9			1 601 086	<b>1 601 086</b>
9		544 016	(544 016)	-
	-	544 016	1 057 070	<b>1 601 086</b>
<b>Posição em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>124 699</b>	<b>20 127 037</b>	<b>1 601 086</b>	<b>21 852 822</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2016

O Contabilista Certificado

José Flávio Agueda Figueiredo

*José Flávio Agueda Figueiredo*

O Conselho de Administração

José Reis da Silva Ramos

*José Reis da Silva Ramos*

Salvador Acácio Martins Caetano

*Salvador Acácio Martins Caetano*

Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

*Rui Manuel Machado de Noronha Mendes*

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**  
(montantes expressos em Euros)

	Notas	2016	2015
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>			
Recebimentos de contribuições		1 356 329	1 603 281
Pagamentos a fornecedores		(947 964)	(611 833)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>408 365</b>	<b>991 448</b>
Pagamento de retenções de imposto			
Outros recebimentos / (pagamentos)		(13 338)	(18 688)
<b>Fluxos das atividades operacionais [1]</b>		<b>395 027</b>	<b>972 760</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Investimentos financeiros	4	-	222 000
Juros e rendimentos similares		-	3 629
Dividendos		21 263	25 036
		<b>21 263</b>	<b>250 665</b>
<b>Fluxos das atividades de investimento [2]</b>		<b>21 263</b>	<b>250 665</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		(98 251)	(651 100)
Juros e gastos similares		(282 041)	(305 852)
Outras operações de financiamento		(380 291)	(956 952)
<b>Fluxos das atividades de financiamento [3]</b>		<b>(380 291)</b>	<b>(956 952)</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]</b>		<b>35 998</b>	<b>266 473</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do exercício</b>	4	<b>455 208</b>	<b>188 736</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do exercício</b>	4	<b>491 206</b>	<b>455 208</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

**O Contabilista Certificado**

José Flávio Águeda Figueiredo

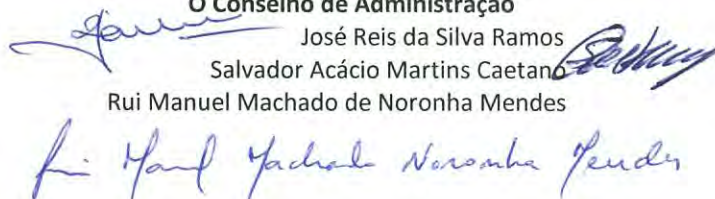


**O Conselho de Administração**

José Reis da Silva Ramos

Salvador Acácio Martins Caetano

Rui Manuel Machado de Noronha Mendes





## Anexo às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2016

(Montantes expressos em Euros)

**1. NOTA INTRODUTÓRIA**

A Fundação Salvador Caetano ("Fundação") é uma pessoa coletiva de direito privado e fins de utilidade pública, regendo-se pelos seus Estatutos e, em tudo o que neles é omissos, pela legislação Portuguesa aplicável. A Fundação tem sede na Avenida Vasco da Gama, 1410, freguesia de Oliveira do Douro, concelho de Vila Nova de Gaia.

A Fundação Salvador Caetano foi constituída por escritura pública de 10 de Julho de 1981, lavrada no 1º Cartório Notarial do Porto e outorgada pelo Sr. Salvador Fernandes Caetano, e visa em geral fins sociais, educativos, artísticos e culturais, beneficiando atualmente cerca de 10.000 utentes, estando uma parte significativa destes utentes ligados direta e indiretamente ao Grupo Salvador Caetano. As sociedades fundadoras da Fundação Salvador Caetano foram as seguintes:

- Salvador Caetano – IMVT, S.A. (atualmente denominada Toyota Caetano Portugal, S.A.);
- Transmotor – SCIVTM, S.A.;
- Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Minho), S.A.;
- Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Coimbra), S.A.;
- Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Setúbal), S.A.;
- Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Algarve), S.A.

(estas quatro últimas sociedades foram posteriormente objeto de fusão tendo dado origem à atual Caetano Auto, S.A.)



De acordo com despacho de 13 de Fevereiro de 1995 proferido por Sua Excelência o então Primeiro-ministro Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva, a Fundação foi declarada instituição de utilidade pública.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Fundação opera.

## **2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

“As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei (DL) nº 158/2009, de 13 de julho republicado pelo DL nº 98/2015, de 2 de junho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. O DL nº 98/2015 de 2 de Junho alterou o DL nº 158/2009 de 13 de julho.

No período que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2016, as entidades devem aplicar as novas políticas contabilísticas alteradas pelo Aviso nº 8256/2015, de 29 de Julho, sem reexpressar os saldos existentes no início desse período, e divulgar no Anexo as quantias que não sejam comparáveis.

As alterações mais relevantes, de acordo com o DL nº 98/2015 foram:

- NCRF 1 – Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras

Foram efectuados alguns ajustamentos nas designações das rubricas e alguns agrupamentos, tais como, no balanço no capital próprio substituiu-se “Capital realizado” por “Capital subscrito”, sendo apresentado no ativo o capital subscrito não realizado.

Foi alterada a terminologia de “interesses minoritários” para “interesses que não controlam”.



Passou a incluir-se uma definição de resultado por ação básico, igual à IAS 33, que se calcula pelo quociente entre os resultados atribuíveis aos detentores do capital ordinário da empresa-mãe e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação no período.

- NCRF 2 – Demonstrações de fluxos de caixa

Os fluxos de caixa provenientes da aquisição ou perda de controlo de subsidiárias ou outras unidades empresariais devem ser apresentados como atividades de investimento.

Os fluxos de caixa resultantes de alterações nos interesses de uma subsidiária sem perda de controlo devem ser classificados como atividades de financiamento.

Os fluxos de caixa decorrentes de alterações nos interesses numa subsidiária que não resultam na perda ou na aquisição de controlo devem ser classificados como fluxos de caixa de financiamento.

- NCRF 5 – Partes relacionadas

Passa a referir expressamente que as divulgações de partes relacionadas abrangem também compromissos assumidos (inclui garantias prestadas entre empresas do Grupo por exemplo).

- NCRF 6 – Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida passam a ser amortizados num período máximo de 10 anos, sendo sujeitos a testes de imparidade apenas quando existam indícios de imparidade.

O goodwill deve ser amortizado, nos termos desta norma, pelo prazo da sua vida útil, ou no prazo de 10 anos, caso a sua vida útil não possa ser estimada com fiabilidade.

Além disso, a adquirente deve testar o goodwill quanto à imparidade se os acontecimentos ou as alterações nas estimativas indicarem que pode estar em imparidade, de acordo com a NCRF 12 – Imparidade de Ativos.



- NCRF 7 – Ativos fixos tangíveis

Modelo da revalorização:

Passa a ser expressamente referido no parágrafo 41 da norma que o excedente de revalorização deve ser transferido para resultados transitados à medida que o ativo for sendo depreciado (e na proporção das depreciações) ou quando for desreconhecido;

A versão anterior da norma referia apenas que “poderia ser”.

- NCRF 10 – Custos de empréstimos obtidos

Ao nível dos custos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica, é obrigatório que estes custos sejam imediatamente considerados como parte do custo do ativo que se qualifica.

A capitalização não é obrigatória (é opcional) no caso de ativos que se qualificam que sejam mensurados a justo valor (ativos biológicos por exemplo) ou que sejam inventários fabricados ou produzidos em grandes quantidades e de forma repetitiva.

Passa a ser expressamente referido na norma que os custos com empréstimos obtidos contemplam os gastos com juros determinados com base no método do juro efetivo.

- NCRF 11 – Propriedades de investimento

A classificação como propriedade de investimento passa a ser extensiva a imóveis que se encontrem em curso e que se enquadrem na definição de propriedade de investimento.

- NCRF 12 – Imparidade de ativos



A norma passa a incluir uma definição de segmento operacional. Na anterior versão era feita remissão para o disposto na IFRS 8.

- NCRF 13 – Interesses em empreendimentos conjuntos e investimentos em associadas

Surgem duas novas exceções de aplicação do MEP:

- Participações em associadas que não sejam materialmente relevantes para o objetivo das Demonstrações Financeiras apresentarem uma imagem verdadeira e apropriada;
- Casos extremamente raros em que as informações necessárias para a aplicação do MEP não podem ser obtidas sem custos desproporcionalmente elevados ou sem demoras excessivas.

Anteriormente apenas existia a seguinte exceção: Existirem restrições severas e duradouras que prejudiquem substancialmente o exercício pela investidora dos seus direitos sobre o património ou a gestão dessa entidade.

- NCRF 14 – Concentração de atividades empresariais

A aquisição de interesses numa entidade já controlada passa a ser tratada como uma transação de capital (não dá origem ao reconhecimento de ganhos em resultados, nem ao reconhecimento de goodwill).

De igual forma, a alienação de interesses sem perda de controlo é considerada uma transação de capital sem efeitos em resultados.

Quando é adquirido controlo numa entidade relativamente à qual já eram detidos interesses (sem controlo), a participação financeira anteriormente detida é, no momento do registo da concentração, mensurada a justo valor, sendo a correspondente diferença registada de imediato em resultados. Isto é, assume-se que, em substância, os interesses anteriormente detidos foram alienados a justo valor na data da concentração.



- NCRF 15 – Investimentos em subsidiárias e consolidação

Na nova versão da norma, a compra ou venda de participações aos interesses que não controlam, ou seja, transações que ocorrem quando já é detido controlo e que não resultam na perda de controlo, são registadas como transações com os detentores do capital (a atuar nessa qualidade).

Os ganhos/perdas decorrentes destas transações são registados em reservas. Na anterior versão da norma, estas transações resultavam no reconhecimento de goodwill ou de ganhos/perdas em resultados.

Na nova versão da norma, o goodwill passa a ser amortizado por um período correspondente à sua vida útil estimada. Na eventualidade de essa vida útil ser indefinida, o goodwill deve ser amortizado num prazo 10 anos.

- NCRF 27 – Instrumentos financeiros

A nova versão da norma refere expressamente que a mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros deve ser feita pelo seu justo valor.

Este justo valor inicial deve ser acrescido/deduzido dos custos de transação, exceto quando a mensuração subsequente do instrumento for a justo valor.

A nova versão da norma refere que deve ser reconhecido um ativo no balanço correspondente à emissão de instrumentos de capital próprio anteriormente à sua realização. Na versão anterior, este ativo (conta a receber) era apresentado a deduzir ao montante dos instrumentos de capital emitidos.”



### **3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

#### **3.1- Bases de apresentação**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

“A Administração procedeu à avaliação da capacidade da Fundação operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que a Fundação dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.”

#### **3.2- Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.



As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra disponível para utilização, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	<u>Anos</u>
Equipamento administrativo	4 a 8
Espólio Museológico	5

O Espólio Museológico acima referido contempla essencialmente viaturas e autocarros que serão utilizados no projeto do “Museu Salvador Caetano dos Transportes Terrestres”.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

### **3.3- Intangíveis**

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha reta durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente.



O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente. Em 31 de dezembro de 2016 os ativos intangíveis encontravam-se totalmente amortizados.

### **3.4- Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis**

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Fundação com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização.

### **3.5- Imposto sobre o rendimento**

Por despacho conjunto do Ministro das Finanças, António Luciano Pacheco de Sousa Franco e do Ministro do Trabalho e da Solidariedade, Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues datado de 25 de Fevereiro de 1999, foi reconhecida à Fundação a isenção de Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas relativamente às categorias C, E, F e G. Consequentemente, a Fundação encontra-se isenta de qualquer Imposto sobre o Rendimento.

### **3.6- Provisões**

São reconhecidas provisões apenas quando a Fundação tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa



obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

### **3.7- Ativos e passivos financeiros**

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Fundação se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios:

- (i) ao custo ou custo amortizado, e
- (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

#### **(i) Ao custo ou custo amortizado**

São mensurados “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.



O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

#### **Outras contas a receber**

Os saldos de outras contas a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

#### **Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

#### **Outros ativos financeiros**

Os outros ativos financeiros, que incluem uma participação no Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A., são registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

#### **Fornecedores e outras dívidas a terceiros**

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.



**(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados**

Todos os ativos e passivos financeiros não incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são incluídos na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados nas rubricas “Perdas por reduções de justo valor” e “Ganhos por aumentos de justo valor”.

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os ativos financeiros classificados como “ativos financeiros detidos para negociação”, nomeadamente os investimentos financeiros em entidades cotadas em mercados regulamentados. Nas situações em que o justo valor dos investimentos em entidades não cotadas não é possível de determinar, os mesmos são registados pelo respetivo custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade.

São considerados ativos ou passivos financeiros detidos para negociação os que sejam adquiridos ou incorridos, essencialmente, com a finalidade de venda ou liquidação no curto prazo ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros geridos como um todo e que apresentem evidência de terem recentemente proporcionado lucros reais.

Os instrumentos financeiros derivados são, por definição, considerados ativos ou passivos financeiros detidos para negociação.

**(iii) Imparidade de ativos financeiros**

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos



ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

#### **(iv) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros**

A Fundação desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Fundação desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

### **3.8- Instrumentos financeiros derivados**

Os instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente pelo seu justo valor na data em que são contratados. A Fundação procede à sua remensuração a justo valor a cada data de relato, sendo o correspondente ganho ou perda registado de imediato em resultados.



Um instrumento financeiro derivado com um justo valor positivo ou negativo é reconhecido como um ativo ou passivo financeiro, respetivamente, na rubrica “Instrumentos financeiros derivados”.

Um instrumento financeiro derivado é apresentado como não corrente se a sua maturidade remanescente for superior a 12 meses e não for expectável a sua realização ou liquidação no prazo de 12 meses.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2016 a Fundação não tinha contratado quaisquer instrumentos financeiros derivados.

### **3.9- Subsídios / donativos recebidos de terceiros**

Os subsídios, participações de aderentes à Fundação, donativos e outros apoios recebidos de terceiros, nomeadamente por participação em despesas de projetos, apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Fundação irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos, sendo reconhecidos na rubrica da Demonstração dos resultados “Contribuições comuns”.

Os subsídios recebidos no âmbito de apoios ao investimento associados, nomeadamente, à aquisição de ativos não correntes são reconhecidos inicialmente no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.



### **3.10- Subsídios e apoios atribuídos a terceiros**

Os subsídios, donativos e outros apoios atribuídos a terceiros, para atividades que se enquadram no fim da Fundação, são registados como custo na demonstração dos resultados, na rubrica de “Benefícios processados e outros” no exercício em que os mesmos são aprovados pelo Conselho de Administração, independentemente do exercício em que o desembolso venha a ser efetuado e mantidos no balanço, na rubrica de “Outras contas a pagar”, enquanto não forem pagos.

### **3.11- Rédito**

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Fundação e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos é reconhecido na Demonstração dos resultados em Resultados Financeiros, quando se encontra estabelecido o direito da Fundação a receber o correspondente montante.

### **3.12 - Especialização de exercícios**

A Fundação regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

### 3.13 - Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

## 4 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses).

Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2016 e 2015 detalha-se conforme se segue:

	31.12.2016	31.12.2015
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis		
Depósitos à Ordem	491 206	455 208
	<b>491 206</b>	<b>455 208</b>

Relativamente a 2015, os fluxos de caixa dos investimentos financeiros ocorridos, detalha-se conforme se segue:

	Total
Aquisição de títulos	
-	0
	<b>0</b>
Alienação de títulos	
CX BPN 2005	222.000
	<b>222.000</b>

No ano de 2016, não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de investimentos financeiros.

## 5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

31.12.2016	Equipamento Administrativo	Espólio Museológico	Total
<b>Ativos</b>			
Saldo Inicial	17.066	1.005.435	1.022.502
Saldo final	17.066	1.005.435	1.022.502
<b>Depreciações acum. e perdas por Imparidade</b>			
Saldo Inicial	17.066	1.005.435	1.022.502
Saldo final	17.066	1.005.435	1.022.502
<b>Ativos líquidos</b>	-	-	-

31.12.2015	Equipamento Administrativo	Espólio Museológico	Total
<b>Ativos</b>			
Saldo Inicial	17.066	1.005.435	1.022.502
Saldo final	17.066	1.005.435	1.022.502
<b>Depreciações acum. e perdas por Imparidade</b>			
Saldo Inicial	17.066	1.005.435	1.022.502
Saldo final	17.066	1.005.435	1.022.502
<b>Ativos líquidos</b>	-	-	-

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes. A rubrica “Espólio Museológico” compreende essencialmente viaturas e autocarros que farão parte do “Museu Salvador Caetano dos Transportes Terrestres”, projeto a desenvolver no futuro.



## 6 ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o movimento ocorrido no montante dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

31.12.2016	Programas de Computador	Total
<b>Ativos</b>		
Saldo Inicial	6.148	6.148
Saldo final	6.148	6.148
<b>Amortizações acum. e perdas por Imparidade</b>		
Saldo Inicial	6.148	6.148
Saldo final	6.148	6.148
<b>Ativos líquidos</b>	-	-

31.12.2015	Programas de Computador	Total
<b>Ativos</b>		
Saldo Inicial	6.148	6.148
Saldo final	6.148	6.148
<b>Amortizações acum. e perdas por Imparidade</b>		
Saldo Inicial	6.148	6.148
Saldo final	6.148	6.148
<b>Ativos líquidos</b>	-	-

## 7 ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Os Ativos Financeiros Detidos para Negociação e os Outros Ativos Financeiros em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são detalhados conforme se segue:

Títulos	Valor Carteira 2016	Valor Carteira 2015
Ações de entidades não cotadas	32 996 519	32 996 519
Ações de entidades cotadas	263 215	326 280
Carteiras Discricionárias	1 204 152	1 167 254
<b>Total</b>	<b>34 463 886</b>	<b>34 490 053</b>

As ações de entidades cotadas, encontram-se registadas ao Justo valor através de resultados, sendo os impactos da sua atualização registados nas rubricas da Demonstração dos resultados "Aumentos / (reduções) de Justo valor". Relativamente aos investimentos financeiros correspondentes a ações de entidades não cotadas (essencialmente referente à participação de capital na Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A.), uma vez que não foi possível determinar o respetivo justo valor à data de balanço, os mesmos encontram-se refletidos pelo respetivo custo de aquisição, deduzido de perdas por imparidade, se aplicável. As obrigações encontram-se registadas ao custo amortizado. As carteiras discricionárias, que se referem a um conjunto diverso de títulos gerido por uma entidade financeira externa, estão enquadradas num perfil de risco "moderado" e encontram-se registados ao Justo valor através de resultados, sendo o impacto da sua atualização registado nas rubricas da Demonstração dos resultados "Aumentos / (reduções) de Justo valor".

Em 31 de dezembro de 2016 o detalhe dos Investimentos Financeiros da Fundação apresentava a seguinte composição:


**Outros Ativos Financeiros Não Correntes**

<b>Títulos</b>	<b>Quant.</b>	<b>% Detida</b>	<b>V. Unit.</b>	<b>Custo de Aquisição</b>
<b>Ações não Cotadas</b>				
Grupo SC, SGPS, S.A.	24 413 756	14,5%	1,35	32 996 517
Cobus Industries GmbH	335 254	10,8%	0	2
<b>TOTAL</b>				<b>32 996 519</b>

A Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A. apresentou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, um capital próprio consolidado (incluindo “Interesses não controlados” de 110.209.837 Euros) de 207.931.567 Euros, bem como um resultado consolidado líquido do exercício positivo de 4.899.617 Euros. O total de ativo consolidado a essa data é de 871.448.202 Euros.

<b>Títulos</b>	<b>Quant.</b>	<b>V. Unit. (*)</b>	<b>Justo Valor</b>
<b>Ações Cotadas</b>			
Sonae, SGPS, S.A.	96 979	0,87	84 760
Toyota Caetano Portugal, S.A.	138 832	1,09	151 327
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	6 574	0,01	39
Norvalor, S.A.	10	18,90	19
PHAROL	804	0,21	166
EDP, S.A.	1 250	2,89	3 618
Futebol Clube do Porto, SAD	500	0,69	345
Banco Millenium BCP, S.A.	10 944	1,07	11 721
Sonae Capital, SGPS, S.A.	12 121	0,75	9 067
NOS SGPS	382	5,64	2 154
<b>Outros Títulos</b>			
Carteira Discricionária Millenium			894 292
Fundo de Participação CEMG	9 077	0,42	3 821
Gestão de Patrimónios Bancários			306 039
<b>TOTAL</b>			<b>1 467 367</b>

(\*) - Valor Unitário ao Justo Valor (cotação bolsista em 31.12.2016)

Em 31 de dezembro de 2015 o detalhe dos Investimentos Financeiros da Fundação apresentava a seguinte composição:

Títulos	Quant.	% Detida	V. Unit. (*)	Custo de Aquisição
<b>Ações não Cotadas</b>				
Grupo SC, SGPS, S.A.	24 413 756	14,5%	1,35	32 996 517
Cobus Industries GmbH	335 254	10,8%	0	2
<b>TOTAL</b>				<b>32 996 519</b>

Títulos	Quant.	V. Unit. (*)	Justo Valor
<b>Ações Cotadas</b>			
Sonae, SGPS, S.A.	96 979	1,05	101 634
Toyota Caetano Portugal, S.A.	138 832	1,23	170 763
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	6 574	0,01	53
Norvalor, S.A.	10	1,90	19
PHAROL	804	0,27	218
EDP, S.A.	1 250	3,32	4 151
Futebol Clube do Porto, SAD	500	0,70	350
Banco Millenium BCP, S.A.	820 911	0,05	40 143
Sonae Capital, SGPS, S.A.	12 121	0,51	6 182
Zon Multimédia, S.A.	0	0,00	0
NOS SGPS	382	7,25	2 768
<b>Outros Títulos</b>			
Carteira Discricionária Millenium			866 511
Fundo de Participação CEMG	9 077	0,66	5 991
Gestão de Patrimónios Bancários			294 752
<b>TOTAL</b>			<b>1 493 534</b>

(\*) - Valor Unitário ao Justo Valor (cotação bolsista em 31.12.2015)

Os quadros seguintes evidenciam os movimentos na carteira de títulos ocorridos no exercício 2016:

Títulos	Saldo Final 31.12.2016	Justo Valor	Alienações Fusões	Aquisições Fusões	Saldo Final 31.12.2015
<b>Outros Ativos Financ. Não Correntes</b>	<b>32 996 519</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>32 996 519</b>
Ações não Cotadas	32 996 519	0	0	0	32 996 519
Cobus Industries GmbH	2				2
Grupo SC, SGPS	32 996 517				32 996 517



Títulos	Saldo Final 31.12.2016	Justo Valor	Alienações Fusões	Aquisições Fusões	Saldo Final 31.12.2015
<b>Outros Ativos Financeiros Correntes</b>	<b>1 467 367</b>	<b>(26 167)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1 493 534</b>
<b>Obrigações</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
CX BPN 2005	0				0
<b>Ações Cotadas</b>	<b>263 215</b>	<b>(63 065)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>326 280</b>
Sonae SGPS	84 759	(16 874)			101 633
Toyota Caetano Portugal, S.A.	151 327	(19 436)			170 763
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	39	(13)			52
Norvalor, S.A.	19	(0)			19
PHAROL	167	(51)			218
EDP, S.A.	3 618	(534)			4 152
Futebol Clube do Porto, SAD	345	(5)			350
BCP	11 721	(28 422)			40 143
Sonae Capital, SGPS, S.A.	9 067	2 885			6 182
NOS S.G.P.S.	2 154	(614)			2 768
<b>Outros Títulos</b>	<b>1 204 152</b>	<b>36 898</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1 167 254</b>
Carteira Discricionária Millenium	894 292	27 780			866 511
Fundo de Participação CEMG	3 821	(2 169)			5 991
Gestão de Patrimónios Barclays	306 039	11 287			294 752

As participações financeiras em Ações geraram proveitos relacionados com Dividendos recebidos (Nota 16) no montante de 21.869 Euros (25.606 Euros em 31 de dezembro de 2015).

## 8 DIFERIMENTOS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, o saldo da rubrica do ativo corrente “Diferimentos” é composto pelo seguro do ramo multirisco do “espólio museológico” no montante de 329 Euros.

## 9 FUNDO SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2016 o capital Fundacional ascende a 124.699 Euros.



### Composição do Fundo Social

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o Fundo Social era representado pelas dotações subscritas pelos seus fundadores conforme a seguir se indicam:

Salvador Caetano – I.M.V.T., S.A. (atualmente denominada TOYOTA CAETANO PORTUGAL, SA, conforme escritura de 28 de dezembro de 2006)	74.820 Euros
Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Minho), S.A.	7.507 Euros
Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Coimbra), S.A.	4.639 Euros
Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Setúbal), S.A.	5.587 Euros
Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Algarve), S.A.	4.414 Euros
Transmotor – S.C.I.V.T.M., S.A.	27.733 Euros

(empresas fusionadas e que deram origem à atual CAETANO AUTO, SA)

## 10 OUTRAS CONTAS A PAGAR

A 31 de dezembro de 2016 a rubrica de "Outras Contas a Pagar", diz respeito ao encargo contratualizado de auditoria às contas da Fundação no montante de 7.186 Euros e a comparticipações a pagar a beneficiários no montante de 54.711 Euros conforme detalhe incluso na Nota 17. A mesma situação qualifica o saldo a 31 de dezembro de 2015, 7.257 Euros para o encargo de auditoria às contas da Fundação e o montante 328.062 Euros de comparticipações a pagar a beneficiários conforme detalhe incluso na Nota 17.

## 11 FINANCIAMENTOS OBTIDOS

O saldo e as condições dos financiamentos obtidos à data de 31 de dezembro de 2016 são como se segue:



	Montante
<b>Financiamento Não Corrente</b>	
Contrato de Empréstimo - Mútuo	8.100.000
Empréstimos de Instituintes	5.668.871
<b>Financiamento Corrente</b>	
Contrato de Crédito	8.200
Empréstimos de Instituintes	617.686
<b>Total</b>	<b>14.394.757</b>

O contrato de empréstimo – mútuo, vigorará pelo prazo de 120 meses a partir de 21 de dezembro de 2012, sendo o período dos primeiros 60 meses de carência de capital. O capital em dívida vence juros a uma taxa correspondente à média aritmética simples das taxas Euribor a 3 meses acrescida de spread. A Fundação Salvador Caetano concedeu à respetiva instituição financeira o penhor de valores mobiliários correspondentes a ações da Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A., nomeadamente a 12.140.000 ações com valor nominal de 1,00 (um euro) cada ação.

Relativamente aos empréstimos de Instituintes não correntes, não se encontra definido plano de reembolso nem fórmula de taxa de juro a aplicar, sendo que os mesmos não são exigíveis antes de 01/01/2018, conforme acordado entre as entidades.

Com início a 1 de novembro de 2013 foi celebrado junto do Millenium BCP um contrato de crédito no montante de 325.000€, amortizado por um plano de pagamentos de capital fixo e indexado à taxa Euribor acrescida de um Spread de 2,5%. A Fundação Salvador Caetano concedeu à respetiva instituição financeira o penhor de valores mobiliários constituídos em ações da Toyota Caetano Portugal, S.A., correspondente a 130.000 ações.



## 12 CONTRIBUIÇÕES COMUNS

As contribuições comuns auferidas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, são detalhadas da seguinte forma:

	31.12.2016	31.12.2015
Contribuição de Adesão	721	0
Subvenção Anual	1.185.480	717.800
Contribuição Mensal	1.390.279	798.370
	<b>2.576.480</b>	<b>1.516.170</b>

## 13 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é detalhada conforme se segue:

	31.12.2016	31.12.2015
Trabalhos Especializados	7 186	8 122
Vigilância e Segurança	62	148
Material de Escritório	54	228
Rendas e Alugueres	3 050	1 437
Comunicação	35	96
Seguros	413	413
Contencioso e Notariado	200	25
Outros Serviços e Fornecimentos	1 781	1 737
	<b>12 780</b>	<b>12 206</b>

## 14 BENEFÍCIOS PROCESSADOS E OUTROS

A rubrica, “Benefícios processados e outros” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é detalhada conforme se segue:



	31.12.2016	31.12.2015
Plano Complementar Proteção Médica	632 335	719 543
Subsídios Familiares	21 261	22 921
Subs. Estudo Filhos de Colaboradores Falecidos	2 600	3 300
Prémios Escolares	5 500	3 878
Subsídio de Estudo	10 098	1 995
Inatel	2 820	4 260
<b>TOTAL</b>	<b>674 614</b>	<b>755 897</b>

#### 15 OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é conforme se segue:

	31.12.2016	31.12.2015
Impostos	11 286	12 241
Quotizações	500	500
Outros Gastos e Perdas	25	-
	<b>11 811</b>	<b>12 741</b>

#### 16 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os juros e outros rendimentos e gastos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são detalhados conforme se segue:

	31.12.2016	31.12.2015
Juros Obtidos	0	3 629
Dividendos (Nota 7)	21 869	25 606
Encargos Bancários	(272 644)	(294 267)
	<b>(250 775)</b>	<b>(265 032)</b>

**17 PARTES RELACIONADAS**

O detalhe dos saldos e transações entre a Fundação Salvador Caetano e as entidades relacionadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é resumido como se segue:

2016 (€)	Balanco				Transações			
	Contas a Receber	Financ.tos	Fornec.	Contas a Pagar	Contrib. Comuns	Contrib. Adesão	Subvenção Anual	Forn. Serv. Externos
AMORIM BRITO & SARDINHA, LDA	223			20	584			
CAETANO ACTIVE SUL, LDA	1 618			49	2 593		1 361	
CAETANO AERONAUTIC, S.A.	2 093			781	25 098			
CAETANO AUTO, S.A.	271 902	617 686		12 965	316 283		250 000	
CAETANO BAVIERA - COMÉRCIO AUTOMÓVEIS, S.A.	123 452			8 134	245 593		105 442	
CAETANO CITY E ACTIVE NORTE, S.A. - CITROEN	3 081			122	1 322		2 721	
CAETANO CITY E ACTIVE NORTE, S.A. - SEAT	0			0	230			
CAETANO DRIVE, SPORT E URBAN, S.A.	38 092			1 697	72 520		32 483	
CAETANO ENERGY, SA	1 380			168	4 241			
CAETANO FÓRMULA, S.A.	26 202			1 064	47 911		22 789	
CAETANO MOTORS, S.A.	20 024			1 395	41 846		17 007	
CAETANO PARTS, LDA	14 001			417	19 608		12 585	
CAETANO POWER, S.A.	17 261			3 785	32 854		14 796	
CAETANO RENTING, S.A.	109			153	1 489			
CAETANO RETAIL SGPS, S.A.	12 185			1 138	21 107		10 544	
CAETANO STAR SUL, S.A.	11 572			290	13 258		8 673	
CAETANO TECHNIK E SQUADRA, S.A.	17 726			964	31 624		15 306	
CAETANOBUS - FABRICAÇÃO DE CARROÇARIAS, S.A	110 085	1 800 000		6 913	150 031		100 000	
CAETSU PUBLICIDADE, S.A.	0			541	25 458			
CARPLUS, S.A.	7 741			392	19 461		6 293	
COCIGA - CONSTRUÇÕES CIVIS DE GAIA, S.A.	40 656			35	2 767			
GRUPO SALVADOR CAETANO, SGPS	0	3 868 871		0	0			
LUSILECTRA-VEICULOS E EQUIPAMENTOS, S.A.	25 744			421	25 744			
MOVICARGO SERVIÇOS ADUANEIROS, LDA.	103			0	1 614			
PLATINIUM V.H. - IMPORTAÇÃO AUTOMOVEIS, S.A.	4 205			212	11 893			
PORTIANGA, S.A.	1 078			1 099	13 482			504
RIGOR - CONSULTORIA E GESTÃO S.A.	4 772		1 155	3 447	61 966			3 077
SIMOGA-SOCIEDADE IMOBILIÁRIA DE GAIA, S.A.	37			0	0			
TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.	599 886	0	99	8 511	199 702		585 480	209
VAS ÁFRICA, S.A.	0			0	0	721		
<b>TOTAL</b>	<b>1 355 229</b>	<b>6 286 557</b>	<b>1 254</b>	<b>54 711</b>	<b>1 390 279</b>	<b>721</b>	<b>1 185 480</b>	<b>3 789</b>

# FUNDAÇÃO SALVADOR CAETANO

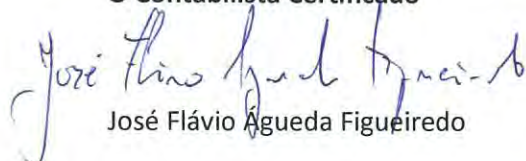
2015 (€)	Balanço				Transações			
	Contas a Receber	Financ. tos	Fornec.	Contas a Pagar	Contrib. Comuns	Contrib. Adesão	Subvenção Anual	Forn. Serv. Externos
AMORIM BRITO & SARDINHA, LDA	83			28	290			
CAETANO ACTIVE SUL, LDA	105			391	1.469			
CAETANO AUTO, S.A.	14.850	617.686		86.298	194.831			
CAETANO BAVIERA - COMÉRCIO AUTOMÓVEIS, S.A.	29.877			48.605	129.824		75.000	
CAETANO CITY E ACTIVE NORTE, S.A. - CITROEN	11			662	1.890		745	
CAETANO CITY E ACTIVE NORTE, S.A. - SEAT	26			0	372			
CAETANO DRIVE, SPORT E URBAN, S.A.	3.056			19.229	42.741		4.760	
CAETANO FÓRMULA, S.A.	1.902			9.156	26.317		9.355	
CAETANO MOTORS, S.A.	1.711			7.004	23.146		16.930	
CAETANO PARTS, LDA	844			3.305	11.660		580	
CAETANO POWER, S.A.	1.362			4.859	19.915		20.000	
CAETANO RENTING, S.A.	65			1.243	892			
CAETANO RETAIL SGPS, S.A.	899			4.527	11.205		6.630	
CAETANO STAR SUL, S.A.	3.399			699	7.146		6.000	
CAETANO TECHNIK E SQUADRA, S.A.	1.417			7.051	19.356			
CAETANO BUS - FABRICAÇÃO DE CARROÇARIAS, S.A.	6.608	1.800.000		38.257	95.399			
CAETSU PUBLICIDADE, S.A.	975			3.688	12.993			
CARPLUS, S.A.	831			2.612	12.301		10.000	
COCIGA - CONSTRUÇÕES CIVIS DE GAIA, S.A.	37.888			599	2.083			
GRUPO SALVADOR CAETANO, SGPS	0	3.868.871		0	0			
LUSILECTRA-VEICULOS E EQUIPAMENTOS, S.A.	14.836			7.785	14.836			
RIGOR - CONSULTORIA E GESTÃO S.A.	2.657		530	12.708	33.457			2.931
SIMOGA-SOCIEDADE IMOBILIÁRIA DE GAIA, S.A.	37			0	0			
TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.	8.300	0	77	54.359	112.045		567.800	421
VAS ÁFRICA, S.A.	0			0	596			
PORTIANGA, S.A.	556			9.299	6.721			480
CAETANO AERONAUTIC, S.A.	857			2.310	10.527			
PLATINIUM V.H. - IMPORTAÇÃO AUTOMOVEIS, S.A.	480			3.390	6.360			
<b>TOTAL</b>	<b>133.631</b>	<b>6.286.557</b>	<b>608</b>	<b>328.062</b>	<b>798.370</b>	<b>0</b>	<b>717.800</b>	<b>3.832</b>

## 18 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Em março de 2017, por sua iniciativa, a Fundação Salvador Caetano renegociou o contrato mútuo com a Caixa Geral dos Depósitos levando a uma amortização de capital no montante de 1 620 000 Euros.

Não existem outros assuntos e ou acontecimentos relevantes, de qualquer natureza, posteriores a 31 de dezembro de 2016, não incluídos ou divulgados nas demonstrações financeiras anexas.

### O Contabilista Certificado

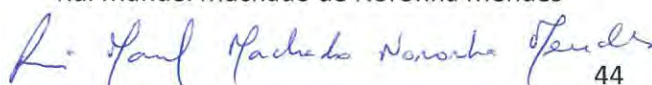
  
José Flávio Agueda Figueiredo

### O Conselho de Administração

  
José Reis da Silva Ramos – Presidente

  
Salvador Acácio Martins Caetano

Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

  
44

## RELATÓRIO DE AUDITORIA

### **RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

#### **Opinião com reservas**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Fundação Salvador Caetano (a Fundação, pessoa coletiva de direito privado, sem finalidade lucrativa e com fins de utilidade pública, Nota Introdutória), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 36.310.650 euros e um total de capital próprio de 21.852.822 euros, incluindo um resultado líquido de 1.601.086 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Fundação Salvador Caetano em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### **Bases para a opinião com reservas**

Conforme descrito na Nota 7 do Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016, a Fundação regista o seu investimento financeiro na participada Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A. pelo respetivo custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2016 as demonstrações financeiras consolidadas daquela participada evidenciam um capital próprio, antes de interesses não controlados, inferior ao valor implícito do interesse naquele investimento financeiro detido pela Fundação, o qual ascendia naquela data a 32.996.517 Euros, representativo de 14,5% do respetivo capital social, facto que constitui um indício de que a referida participação financeira possa estar em situação de imparidade. Adicionalmente, a Certificação Legal das Contas Consolidadas daquela participada relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, datada de 5 de junho de 2017, inclui reservas por limitação de âmbito, as quais poderão produzir impactos na respetiva situação patrimonial, bem como um parágrafo de Incerteza material relacionada com a continuidade das operações. Face ao acima referido, e em virtude de não nos ter sido disponibilizada uma avaliação daquela participada reportada a uma data atual, não nos foi possível concluir quanto à necessidade de uma eventual imparidade ao montante pelo qual a mesma se encontra refletida nas demonstrações financeiras da Fundação em 31 de dezembro de 2016.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Fundação nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

#### **Outras matérias**

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para efeitos comparativos, foram por nós examinadas e o nosso Relatório de Auditoria, datado de 3 de outubro de 2016, inclui uma reserva por limitação de âmbito relacionada com o assunto descrito na secção "Bases para a opinião com reservas".

"Deloitte" refere-se a Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido (DTTL), ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro e respetivas entidades relacionadas. A DTTL e cada uma das firmas membro da sua rede são entidades legais separadas e independentes. A DTTL (também referida como "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Aceda a [www.deloitte.com/pt/about](http://www.deloitte.com/pt/about) para saber mais sobre a nossa rede global de firmas membro.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, n.º7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto

## **Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Fundação de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Fundação de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Fundação;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Fundação para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Fundação descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

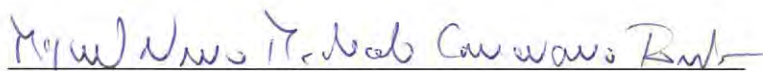
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Fundação, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 31 de outubro de 2017



Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Miguel Nuno Machado Canavarro Fontes, ROC